José Carlos de Azeredo

Fundamentos de Gramática do Português

5ª reimpressão

ZAHAR

Copyright © 2000, José Carlos de Azeredo

Copyright desta edição © 2010:
Jorge Zahar Editor Ltda.
rua Marquês de S. Vicente 99 – 1º
22451-041 Rio de Janeiro, RJ
tel (21) 2529-4750 / fax (21) 2529-4787
editora@zahar.com.br
www.zahar.com.br

Todos os direitos reservados.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo
ou em parte, constitui violação de direitos autorais. (Lei 9.610/98)

1ª edição: 2000
2ª edição revista: 2010
5ª reimpressão: 2014

Grafia atualizada respeitando o novo
Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

Capa: Carol Sá e Sérgio Campante

CIP-Brasil. Catalogação na fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

Azeredo, José Carlos de
A985f Fundamentos de gramática do português/José Carlos
2.ed. de Azeredo. — 2.ed. rev. — Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

Apêndice
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7110-557-7

1. Língua portuguesa — Gramática. I. Título.

CDD: 469.5
10-1343 CDU: 811.134.3'36

PARTE I
Natureza, Estrutura e Funcionamento da Linguagem

O Homem, a Linguagem e o Conhecimento

Linguagem • traço definidor da natureza humana

1. Em uma conhecida passagem do romance *Vidas secas*, Graciliano Ramos retrata as dificuldades de seu personagem principal, Fabiano, para lidar com a linguagem dos homens:

> *Vivia longe dos homens, só se dava bem com animais. Os seus pés duros quebravam espinhos e não sentiam a quentura da terra. Montado, confundia-se com o cavalo, grudava-se a ele. E falava uma linguagem cantada, monossilábica e gutural, que o companheiro entendia. A pé, não se aguentava bem. Pendia para um lado, para o outro, cambaio, torto e feio. Às vezes utilizava nas relações com as pessoas a mesma língua com que se dirigia aos brutos — exclamações, onomatopeias. Na verdade falava pouco. Admirava as palavras compridas e difíceis da gente da cidade, tentava reproduzir alguma, em vão, mas sabia que elas eram inúteis e talvez perigosas.* (G. Ramos, 1947)

Ao traçar o perfil de seu personagem, Graciliano Ramos assume um ponto de vista sobre o papel da linguagem na existência humana: o de que na posse da linguagem está a principal linha divisória entre o mundo dos homens e o mundo dos animais. A quase falta da linguagem nivela Fabiano com a natureza bruta: ele se confunde com o cavalo, tem pés duros que não sentem os espinhos e às vezes dirige-se às pessoas como se comunica com os animais. Tem com a linguagem dos homens da cidade uma relação de admiração e, sobretudo, de desconfiança e medo. Fabiano é um "bicho do mato", quase não precisa da linguagem, e quando tem de servir-se dela para o trato com as pessoas, invariavelmente sai no prejuízo: não consegue dizer o que sente, não entende o que lhe dizem e acaba ludibriado.

2. Se pudéssemos imaginar como seria a vida de um ser humano isolado na natureza, tratando-a como parte inseparável dele, poderíamos admitir que a palavra não lhe faria falta. Esse indivíduo travaria com o meio em que vive relações imediatas, como colher frutas e caçar pequenos animais para seu sustento e procurar ou construir um abrigo para defender-se das agressões da natureza e dos ataques de feras mais poderosas que ele. Muitos animais não fazem mais que isso. O caso desse homem solitário não passa, porém, de uma hipótese concebida pela imaginação romântica dos criadores de personagens como Tarzan ou Robinson Crusoé. O caso de Fabiano, embora também um exemplo da ficção literária, nada tem, porém, do mito romântico dessas figuras que vivem em harmonia com a natureza. Fabiano é explorado pelo proprietário da terra em que procura sobreviver, é humilhado pelos representantes do poder policial, e é vítima das trapaças dos que conhecem as regras da vida em sociedade. Vítima também da natureza, que o ameaça ciclicamente com seca e fome, confunde-se com seus elementos, como as cabras e os mandacarus; mas guiado tão só pelo instinto de sobrevivência, sabe a seu modo como conviver com ela. Diante, porém, do universo social dos homens, impregnado de símbolos — como a linguagem —, que ele não entende e muito menos é capaz de usar, sente-se impotente e indefeso.

A linguagem como simbolização

3. A linguagem não é apenas mediadora das relações do homem com o mundo que o cerca e com seus semelhantes. Mais do que isso, a linguagem constitui e torna possíveis essas relações. Pode-se mesmo dizer que as relações que por meio dela se elaboram e se estabelecem são tão variadas e distintas quantas são as possibilidades de expressão verbal do homem. A linguagem coloca-se entre o homem e o mundo que o cerca como uma espécie de mapa que o orienta para a percepção das coisas e das relações entre as coisas. Assim como o mapa estrutura o território para quem o percorre, a língua organiza o mundo como uma estrutura dotada de significado. Ela não é uma fotografia da realidade, mas, antes, uma forma socialmente adquirida de interpretá-la e torná-la assunto de nossos atos de comunicação. Pela posse da linguagem, o homem *liberta-se* das circunstâncias imediatas: pode, com o auxílio da memória ou da imaginação, nomear seres não presentes na situação de fala; pode reportar-se a experiências passadas, revivê-las e levar seu ouvinte ou leitor a experimentar sensações análogas às que experimentou; pode projetar experiências futuras, pode criar seres que compõem cenários imaginários e participam de acontecimentos imaginários. Isso é possível graças à capacidade humana de criar símbolos e servir-se deles na comunicação.

4. Por exemplo, o desenho da mão com o dedo indicador posto verticalmente sobre os lábios unidos significa um pedido de silêncio. Essa figura tem um valor simbólico, transmite uma informação constante, de validade geral. É essa "constância do significado" que caracteriza o símbolo e garante a autonomia da linguagem em relação às coisas reais ou imaginárias a que o símbolo se refere. As palavras são, de um modo geral, símbolos. A linguagem verbal representa, ou simboliza, como um todo, o universo real em que o homem vive e o universo imaginário que ele cria. A linguagem não é, portanto, uma simples nomenclatura ou coleção de nomes para os seres e coisas que povoam o mundo. Os conteúdos que o homem concebe e expressa por meio da linguagem não estão no mundo, mas na consciência humana formada na vida em sociedade, como resultado do poder simbólico da palavra. Só isso pode explicar a capacidade humana de construir, com a linguagem, blocos de sentido textualizados, como descrições, narrativas, julgamentos, instruções, preces, impressões, argumentos etc.

A linguagem como conhecimento e como comunicação

5. Qualquer pessoa minimamente informada sabe que a linguagem é um instrumento de comunicação e que ela está presente no dia a dia de cada um de nós, em cada instante de nossas vidas, servindo para a interação de dois ou mais indivíduos ou, muitas vezes, para o indivíduo "falar consigo mesmo". "Falamos mentalmente", falamos sozinhos, "falamos" nos sonhos etc. A **função social da comunicação** entre pessoas é, seguramente, a mais evidente tarefa desempenhada pela linguagem. No entanto, esta mesma função está relacionada a outra, da qual depende: a **função simbólica**.

A função simbólica da linguagem é a responsável pela relação entre o indivíduo e o conjunto de suas experiências da realidade. É a função graças à qual podemos transformar todos os elementos do mundo em dados da nossa consciência e em assunto de nossos discursos. Se a linguagem fosse uma mera lista de nomes para as coisas do mundo — por exemplo: *árvore*, *homem*, *criança*, *gato*, *mosquito*, *dia*, *noite*, *sol*, *nuvem* —, não passaria de uma nomenclatura. Acontece que a linguagem é muito mais do que isso. Mesmo o conjunto das palavras que nos permitem dar nomes aos seres não é uma simples lista das "coisas que existem". As palavras *árvore* e *coqueiro* podem servir para dar nome à mesma coisa, mas constituem dois modos de representá-la; *árvore* generaliza, *coqueiro* especifica. O mesmo acontece com a diferença entre *peixe* e *anchova*, *móvel* e *mesa*, *médico* e *pediatra*. Por que dizemos *O pássaro está na gaiola* e não *A gaiola está em volta do pássaro*? Ou *A toalha está na mesa* e não *A mesa está sob a toalha*? Por que nos parecem "esquisitas" expressões como *o sono da abóbora* ou *o espanto do céu*?

6. A língua, é claro, não é apenas um meio de comunicação; ela é, antes de tudo, um sistema de categorias que permite ao homem organizar o mundo em uma estrutura dotada de sentido. As línguas ditas "naturais" (o português, o inglês, o russo, o japonês, o tupi-guarani) são formas de conhecimento coletivamente constituídas no seio das sociedades ao longo de sua experiência histórica. Noutras palavras, o mundo experimentado pelo homem não entra em sua consciência de forma bruta e caótica, mas estruturado por meio das categorias da linguagem, isto é, sob a forma de conhecimento. Assim estruturadas, as experiências do mundo se tornam conteúdos da consciência comunicáveis no discurso.

A linguagem cumpre, portanto, duas funções básicas:

- estrutura a experiência humana da realidade em conteúdos significativos de consciência (função simbólica ou representativa);
- torna esses conteúdos comunicáveis através do discurso (função comunicativa ou interpessoal).

O Processo da Comunicação Humana

Fatores básicos da comunicação humana

7. Os sentidos do homem — audição, olfato, visão, tato e paladar — põem-no a par de tudo que se passa em torno dele: a trovoada é um aviso de que pode chover; o cheiro que vem da cozinha pode indicar que a carne, esquecida no fogo, está queimando; o sol, entrevisto por uma brecha da janela, pode estar anunciando o começo da manhã. Nessas situações, o homem interpreta aspectos da natureza, mas não recebe mensagens; aí não há **linguagem**, nem informação.

Se compararmos agora estes exemplos ao *Pare!*, que lemos nos cruzamentos de trânsito ou ao aperto de mão de quem nos cumprimenta, verificamos que tanto no apelo verbal — *Pare!* — como no gesto alguém **entra em contato** com alguém. Nestes casos, há informação e há mensagem, já que os sinais utilizados constituem meios de contato intencional entre duas partes: a que manda a mensagem e a que a recebe.

8. Basicamente, o processo da comunicação humana envolve seis fatores:

- a **informação**, que é a ideia que se comunica;
- o **código**, o sistema de sinais utilizado na comunicação;
- a **mensagem**, que é a manifestação da informação através de um código determinado;
- o **emissor** da mensagem, quem a produz ou emite;
- o **destinatário**, aquele a quem a mensagem se destina;
- a **situação**, as circunstâncias em que a comunicação se realiza.

O *Pare!*, dito por uma pessoa ou escrito em uma tabuleta, é uma ordem expressa em **código verbal**; o aperto de mão é um cumprimento expresso em **código gestual**. Se essa pessoa fosse um guarda de trânsito, com certeza não usaria o código verbal, mas o código gestual, erguendo o braço com a palma da mão voltada para o destinatário (pedestre ou motorista). Seja no gesto de erguer o braço, seja no ato de dizer *Pare!*, a informação é a mesma, mas as mensagens — ou seja, os processos pelos quais as informações são transmitidas — são diferentes.

As várias espécies de códigos

9. Já vimos que a comunicação humana pode se realizar por meio de palavras — **comunicação verbal** — ou por meio de gestos — **comunicação gestual**. Sabemos, porém, que existem outras formas de comunicação: os sinais luminosos do trânsito, as sirenes, os mapas etc. As diferenças entre essas formas de comunicação são evidentes. Haverá, entretanto, características comuns a elas? Parece que sim: todas foram criadas pelo homem, conscientemente ou não, para servir à comunicação social. Trata-se, em todos os casos, de **convenções**, variáveis segundo as necessidades e os interesses da comunidade a que servem. Conhecer e saber utilizar, seja como emissor, seja como receptor, as convenções adotadas pelo grupo para a comunicação social é condição indispensável à perfeita integração do homem na sociedade em que vive.

Todas essas convenções se acham agrupadas em conjuntos conhecidos como **códigos**. O conjunto das luzes verde, amarela e vermelha; o conjunto dos gestos para afirmar, negar, dar adeus, cumprimentar; as letras do alfabeto e a língua que falamos são *códigos*, isto é, *conjuntos de convenções adotadas pelo grupo social para o exercício da comunicação entre seus membros*. Os códigos variam segundo os meios materiais que os reproduzem (**gestos, escrita, cores, ícones**), o meio de recepção de suas mensagens (**visual** — luzes, cores, ícones —, **auditivo** — sons da fala, apitos do trânsito, carrilhão —, **táctil** — escrita Braille), e o grau de sua complexidade. A linguagem verbal é o mais complexo dos códigos até hoje conhecidos, e não podia ser de outro modo: só ela produz todas as mensagens possíveis, inclusive as produzidas por outros códigos. Isto é fácil de verificar: ao receber uma mensagem, num código qualquer, sempre é possível, se houve comunicação, interpretá-la através da linguagem verbal. Não estamos, com isso, declarando a superioridade de qualquer código em relação a outro. Se os vários códigos existem, é porque eles são úteis, necessários e satisfatórios nas situações para as quais foram criados e nas quais a utilização de outro código qualquer poderia ser inadequada, ineficiente ou até mesmo impossível.

O contrato de comunicação

10. Em situações usuais de comunicação — na família, entre amigos, no local de trabalho, na feira, na banca de jornais, numa sala de espera etc. — emissor e receptor acham-se face a face, em um lugar e momento determinados, tratando de um ou mais assuntos. Em várias outras situações, contudo, o indivíduo atua, na maior parte do tempo, apenas como emissor (o conferencista, durante a palestra; o apresentador nos programas de auditório na TV; o padre, durante a missa) ou como receptor (os alunos, as pessoas no auditório, os fiéis).

11. A vida em comunidade, portanto, envolve os indivíduos em um contínuo processo de troca variada de mensagens, cuja eficiência depende de uma complexa rede de fatores. Toda situação de interação sociocomunicativa caracteriza-se por um conjunto de comportamentos, atitudes e atos de seus protagonistas: as trocas verbais são regidas por *contratos de comunicação*, isto é, por *convenções interativas que regulam o comportamento verbal apropriado a cada situação de comunicação*. É o contrato de comunicação que indica que, em certas situações, cabe a uma pessoa falar enquanto as demais escutam. Uma cerimônia religiosa ou uma conferência se desenrolam segundo normas de comportamento que fazem parte dos respectivos contratos de comunicação. Não é normal, por exemplo, que um convidado interrompa a cerimônia de um casamento para pedir ao padre que fale mais alto. Assim também, é improvável que, atendendo ao chamado de um cliente que necessita da troca de um disjuntor, o eletricista lhe diga: "Vou pedir ao senhor que desencape os fios, porque tenho pavor de levar choque."

Saber comunicar-se numa língua requer, portanto, muito mais do que o domínio das palavras e da gramática que as organiza em construções maiores. Ninguém escolhe com absoluta liberdade suas formas de expressão linguística, nem tampouco os conteúdos da conversação; antes, escolhe-os em função de uma necessidade de sintonia com os componentes do contexto de comunicação. Enfim, a concretização e o sucesso da interação verbal requerem que os indivíduos nela envolvidos regulem seus atos pelo contrato de comunicação, cujos princípios fundamentais são a **pertinência** e a **cooperação** (v. §57).

Funções da Linguagem

As funções da linguagem • Roman Jakobson e M.A.K. Halliday

12. A expressão "funções da linguagem" tornou-se muito difundida nos meios escolares brasileiros em virtude da adoção do modelo de análise proposto pelo linguista russo Roman Jakobson, e que se baseava nos conceitos da Teoria da Comunicação discriminados no §8. As "funções" de Jakobson refe-

rem-se ao realce particular que cada um dos componentes do processo da comunicação recebe no enunciado: o assunto, o emissor, o receptor, o código, a mensagem e o contato. Daí a distinção de seis funções:

- **função informativa**, que coloca em evidência o assunto;
- **função emotiva**, que coloca em evidência o emissor;
- **função conativa**, que coloca em evidência o destinatário;
- **função fática**, que coloca em evidência o meio de contato entre emissor e destinatário;
- **função metalinguística**, que coloca em evidência o código de comunicação;
- **função poética**, que coloca em evidência a própria mensagem enunciada.

13. Usamos ordinariamente a língua para a comunicação de conteúdos de consciência. É nisso que consiste a função informativa. São exemplos típicos desse uso o ato de dar ou receber uma informação, o ato de descrever uma paisagem, o ato de contar uma história. A **função informativa** está em toda parte e em todos os atos de linguagem, pois não existe ato verbal desprovido de informação. Costuma-se, entretanto, considerar que certos usos da língua, como o dos noticiários, o da redação das leis, o dos ensaios, são particularmente representativos da função informativa, por se presumir que, sendo impessoais, neles prevalece o conteúdo a ser comunicado. A função informativa tem na frase declarativa seu meio mais típico de expressão.

14. A **função emotiva** é a que predomina nas frases com que um "eu enunciador" exprime o próprio estado emocional, como nas reações de surpresa, encantamento, ódio, impaciência, decepção etc. A função emotiva da linguagem tem nas frases exclamativas seu meio mais típico de expressão.

15. A **função conativa** é própria dos enunciados com que o emissor elege o destinatário como principal fator do processo de comunicação, agindo discursivamente sobre ele, como nas perguntas, nos conselhos, nas ordens. A função conativa perpassa o nosso quotidiano, já que boa parte de nossos atos de linguagem se destina a produzir comportamentos em nossos interlocutores. Um dos domínios técnicos mais propícios ao exercício da função conativa da linguagem é a publicidade, cujo alvo é o cliente ou o consumidor.

16. A **função fática** está presente nos atos comunicativos cuja finalidade pode ser:

- testar a existência ou não de contato durante o processo de comunicação (como o *alô* dito ao telefone e as minifrases típicas da conversação, como *sabe*?, *né/não é*?);
- manter um ambiente de relacionamento afetiva ou socialmente favorável (como as saudações em geral e a comunicação verbal da mãe com o bebê).

17. Na **função metalinguística**, muito comum no discurso quotidiano, o usuário toma o próprio código de comunicação para assunto: é a função presente no ato de falar sobre a linguagem, como perguntar sobre o significado de uma palavra ou comentar as preferências linguísticas de uma pessoa. Graças à função metalinguística podemos elaborar dicionários, conceituar classes de palavras, formular regras de acentuação e de concordância verbal. E escrever todo este texto por meio do qual seu enunciador e seu leitor procuram se comunicar.

18. Finalmente, entende-se por **função poética** a utilização da língua para produzir mensagens que se impõem à atenção do leitor/ouvinte pela forma como estão construídas: é o que acontece com vários slogans publicitários e, de modo particular, com o chamado discurso poético: *As folhas enchem de ff as vogais do vento*. (M. Quintana, 1966)

19. Estas seis funções discriminadas por Jakobson correspondem, portanto, a opções do enunciador. Por isso mesmo, de acordo com Jakobson, um enunciado caracteriza-se pelo **predomínio** de uma função sobre as demais. Não se pode pensar assim, contudo, em relação às funções de Halliday. Estas são necessariamente interligadas e simultâneas em qualquer ato de discurso.

20. Para o linguista britânico M.A.K. Halliday, o que no §6 denominamos função comunicativa desdobra-se, na verdade, em duas funções: função interpessoal e função textual. Estas funções depreendidas por Halliday só muito superficialmente apresentam alguma relação com as funções de Roman Jakobson. Segundo Halliday, uma língua desempenha, por conseguinte, três funções gerais: ideacional, interpessoal e textual.

21. Graças ao elenco de categorias e significados que constituem seu léxico, morfologia e sintaxe, cada língua "filtra" e organiza os fenômenos infinitamente variados do mundo que nos cerca e do mundo que trazemos dentro de nós, assim como toda a atividade de nossa consciência, como comparar, contrapor, situar, supor, concluir etc. Esta é a **função ideacional**, e praticamente corresponde à função representativa, ou simbólica, de nossa distinção básica.

22. Por outro lado, como a mais óbvia utilidade da língua é a comunicação entre as pessoas, ela oferece aos usuários os meios para que eles a utilizem com o objetivo de influenciar ou mesmo "dirigir" as reações comunicativas do interlocutor nas múltiplas situações de discurso. É nessa função que se definem os papéis sociocomunicativos que o enunciador atribui a si e espera de seu interlocutor, como os atos de perguntar e responder, pedir e atender, ordenar e obedecer, persuadir e aceitar, convencer e concordar. A esta função Halliday dá o nome de **função interpessoal**.

23. Por fim, ainda segundo Halliday, "a língua tem de realizar todas estas tarefas ao mesmo tempo, de uma forma que mostre a relação entre o que se está dizendo, o que já foi dito e a situação da enunciação; noutras palavras, a língua tem de ser capaz de se apresentar sob a forma de um 'discurso pertinente', e não como meros conjuntos de palavras do dicionário e de orações da gramática." (1978, p.21-2) A esta função Halliday dá o nome de **função textual**.

Os Planos Estruturadores da Linguagem

Plano da expressão e plano do conteúdo

24. Falar uma língua é, basicamente, produzir sequências de sons dotadas de significado. Na escrita de uma língua como o português, esses sons são representados por sinais chamados **letras**. No presente texto introdutório, não vamos entrar em detalhes sobre sons e significados. Uns e outros são os assuntos centrais da segunda parte deste livro. Aliás, vamos considerar que para qualquer pessoa escolarizada sons e significados constituem duas faces — uma sensível e outra psíquica ou mental — de uma língua, interligadas mas inconfundíveis. Os sons (percebidos pelo ouvido) e as letras (percebidas pelo olho) formam a face sensível da linguagem — chamada **plano da expressão** —, enquanto os significados constituem a face psíquica ou mental — chamada **plano do conteúdo**.

Unidades significativas e unidades não significativas

25. Cada um desses planos se organiza estruturalmente como uma forma ou sistema, constituído de unidades e de regras que as combinam. Como exemplo do que acabamos de dizer, apresentamos abaixo duas maneiras de dividir o vocábulo *desonestidade*:

- de-so-nes-ti-da-de
- des-onest-idade

A divisão constante no primeiro caso baseou-se na possibilidade de pronunciar aquele vocábulo fazendo "pausas naturais" nos pontos assinalados por um traço; a divisão adotada no segundo não considera as pausas potenciais, mas o significado de cada parte: *des-* (a mesma que se encontra em *desleal*), *-onest-* (a mesma que se encontra em *honestíssimo*), e *-idade* (a mesma que se encontra em *utilidade*).

Ou seja, as unidades do primeiro caso, conhecidas como **sílabas**, são desprovidas de significado no contexto daquele vocábulo; já as unidades do segundo caso, conhecidas como **morfemas**, são unidades portadoras de significado. Na língua, portanto, não há umas sem as outras, por mais que cada

plano seja estruturalmente organizado segundo regras específicas de cada um. Na realidade, esses dois planos se associam graças a uma relação necessária entre o **significante** — a face sensível — e o **significado** — a face mental. Esta relação tende a ser encarada como "fato natural" pelos membros da comunidade, que assim a aceitam numa espécie de "acordo implícito" e permanente. A verdade, porém, é que essa relação é convencional, já que só por convenção social se pode admitir que um segmento sonoro ou gráfico, como *cadeira*, possa "representar", na língua, um conteúdo como "assento provido de costas para uso de uma pessoa". *Esta relação, convencional mas necessária, entre um significante e um significado constitui o que na ciência da linguagem é conhecido como signo linguístico*.

Fonologia, morfologia, léxico e sintaxe

26. As unidades do plano da expressão — sílabas, fonemas, acentos, pausas — organizam-se em um subsistema chamado **fonologia**. Por sua vez, as unidades do plano do conteúdo se organizam em três subsistemas que têm na palavra (v. §§131-133) seu ponto de referência: a **morfologia**, que diz respeito aos processos de combinação de morfemas para formar e flexionar as palavras (v. §§157-164); o **léxico**, que é propriamente o conjunto das palavras da língua (v. §51); e a **sintaxe**, que se refere aos processos formais utilizados na combinação de palavras para a criação e compreensão de frases (v. §§307-308).

Convenção e motivação

27. Concluímos um dos itens precedentes afirmando que o signo linguístico, ou seja, a relação entre significante e significado, é convencional, o que quer dizer que seu uso na comunicação depende apenas de um acordo tácito entre os indivíduos que falam a mesma língua.

Às vezes, porém, temos a impressão de que certas palavras "imitam", através de seus sons, as ideias ou fenômenos que representam. Noutras palavras, há entre som e sentido uma "relação motivada". Compare-se *borbulhar* e *ferver*, *tagarelar* e *falar*. *Borbulhar* parece reproduzir "imitativamente" a sequência das bolhas e o ruído que elas fazem, ao passo que *ferver* nada sugere. *Tagarelar* sugere, no tamanho e na sonoridade da palavra, uma fala excessiva, noção ausente da forma neutra *falar*.

O costume de "pôr apelido" nas pessoas ou de dar nome a animais, plantas e doces também se inspira numa busca de "adequação do nome à coisa": *espanador-da-lua*, para pessoa muito alta e magra; *quatro-olhos*, para o portador de óculos; *bem-te-vi,* um pássaro; *costela-de-adão,* uma planta; *olho de sogra,* um doce. Por sua vez, a duplicação de partes do significante é frequen-

temente associada a um componente afetivo do significado: *papai*, *mamãe*, *vovó*, *dindinha*, *Vavá*, *Lili*.

Esses signos não deixam de ser convencionais, mas revelam, na relação entre conteúdo e expressão, um resíduo de motivação que não se observa no caso de *cadeira*.

Admitamos, portanto, que, no seu conjunto, a linguagem reúne, ao lado dos dados puramente convencionais e arbitrários — como *cadeira* —, fatos em que a estrutura da expressão de certo modo espelha — ou é motivada por — a estrutura do conteúdo. Trata-se dos fenômenos de "iconicidade" (semelhança entre forma e sentido), tão comuns nos códigos gestuais (cf. os gestos das mãos com que se significa tamanho) e nos códigos visuais (cf. os sinais de tráfego para significar uma curva ou um estreitamento da pista).

Chamaremos atenção para os fenômenos de iconicidade na linguagem à medida que tratarmos de seus aspectos expressivos e das estruturações do conteúdo.

Relações Paradigmáticas e Relações Sintagmáticas

A língua como sistema articulado

28. Vimos enfatizando desde o início destes fundamentos que a compreensão e produção de frases numa língua requer, entre outras competências, que o falante seja capaz de associar corretamente sequências sonoras e significados. Nos §§24 e 25 referimo-nos ao plano sonoro — e correspondente forma gráfica — como **plano da expressão**, e ao plano significativo como **plano do conteúdo**.

Uma pessoa que tenha facilidade para memorizar frases de uma língua estrangeira com a respectiva pronúncia e o respectivo sentido não pode, só por isso, porém, ser considerada capaz de falar essa língua. Ela "conhece" dados isolados, produtos "já prontos", que ela apenas repete. Quem conhece a língua conhece as unidades constitutivas de cada plano e é capaz de combiná-las e recombiná-las, segundo suas necessidades comunicativas. Ou seja, a pessoa domina a língua não como uma "lista de frases pré-fabricadas", mas como um **sistema articulado de unidades**.

29. Dizer que existem em cada plano unidades combináveis e recombináveis significa afirmar que cada plano é articulado, isto é, dotado de unidades reconhecíveis pelo seu valor ou função dentro desse plano. A articulação constitui a principal característica de um sistema, e é graças a essa característica que podemos dizer que a língua que falamos **é um sistema**.

Retomamos nos parágrafos acima algumas observações feitas desde o início para afinal introduzir uma distinção teórica decisiva no entendimento de um aspecto fundamental da estruturação da língua. Referimo-nos aos conceitos de **relação sintagmática** e **relação paradigmática**.

Relações sintagmáticas

30. Todos sabemos que uma língua é, antes de qualquer coisa, uma forma oral de comunicação. Quando falamos, produzimos sons que se combinam em sequência linear, um após o outro; morfemas que se sucedem na construção das palavras, e palavras que se sucedem na construção de frases. Essa linearidade da fala — e ordinariamente da escrita — é o fundamento do que se chama o eixo sintagmático da linguagem. Por isso, dizemos que as unidades assim dispostas se acham em relação sintagmática, como as duas sílabas de *mato* (ma + to) ou os fonemas que entram em cada sílaba (/m/a/t/u/), os morfemas que entram na formação do verbo *desmatar* (des + mat + a + r) ou as palavras que formam a frase *O lenhador desmatou o terreno* (o + lenhador + desmatou + o + terreno). Há, portanto, relações sintagmáticas entre fonemas, entre sílabas, entre morfemas, entre palavras. Estes exemplos nos revelam também que há em cada plano diferentes níveis estruturais, o das unidades constituintes — de nível mais baixo — e o das unidades constituídas — de nível mais alto: fonemas são constituintes de sílabas; morfemas são constituintes de palavras; palavras são constituintes de frases.

Relações paradigmáticas

31. A identificação das unidades em qualquer desses planos e nos diferentes níveis depende de dois fatores:

- **que elas possam ocorrer em outras construções em que sejam reconhecíveis como "a mesma unidade"** (o fonema /t/ é o mesmo em /matu/, /tudu/, /bater/; o sufixo *-eiro* é o mesmo em *leiteiro*, *açougueiro*, *sapateiro*);
- **que elas sejam permutáveis por outras unidades com consequente mudança de significado**. Por exemplo: o /m/ por /p/ em *mato/pato*, o /a/ por /i/ em *mato/mito*, o /t/ por /s/ em *mato/maço*, o /u/ por /a/ em mato/mata; o *-eiro* por *-eria* em *leiteiro/leiteria*, o *leit-* por *sapat-* em *leiteiro/sapateiro*; ou ainda as especificações <u>singular</u> (ausência de -s)/<u>plural</u> (presença de -s) em *casa/casas* e a oposição entre adjetivos (*homem <u>alto</u> / homem <u>baixo</u>*), entre verbos (*O avião <u>caiu</u> / O avião <u>pousou</u>*), entre preposições (*Ele trabalhou <u>por</u> mim / Ele trabalhou <u>para</u> mim*), entre substantivos (*O <u>avião</u> caiu / O <u>foguete</u> caiu*), entre advérbios (*Voltarei <u>cedo</u> / Voltarei <u>amanhã</u>*).

Os fatores acima explicitados constituem as relações paradigmáticas entre as unidades da língua.

32. As unidades assim identificadas agrupam-se em classes chamadas **paradigmas**. O que as caracteriza é o fato de ocuparem ordinariamente a mesma posição — isto é, terem a **mesma distribuição —** e estarem em **oposição no sistema da língua**; *-eiro* e *-eria* têm a mesma **distribuição**, pertencem a um mesmo paradigma e opõem-se no sistema morfológico do português; /t/ e /s/ têm a mesma distribuição, pertencem a um mesmo paradigma e opõem-se no sistema fonológico do português.

Interdependência dos eixos paradigmático e sintagmático

33. O que acabamos de dizer permite concluir que as unidades só existem porque são capazes de distinguir conteúdos comunicados pela língua. Toda unidade implica a existência de pelo menos uma outra à qual aquela se opõe dentro de um paradigma e pela qual pode ser substituída para que se expresse outro sentido. A construção formal dos enunciados baseia-se, portanto, nesses dois procedimentos: a **escolha** das unidades em diferentes paradigmas e a **combinação** delas na cadeia do discurso.

Seria, porém, um erro supor que esses dois eixos são independentes entre si. Ao contrário: nenhuma escolha ocorre por acaso. Quando afirmamos que os indivíduos "escolhem" as unidades dentro de um paradigma, não queremos dizer que o fazem totalmente livres de condicionamentos. Condicionamentos sempre existem; o que varia é a força com que atuam sobre os indivíduos e tornam as "escolhas" mais ou menos previsíveis. Ao atender um telefone, uma pessoa se encontra numa situação comunicativa que torna altamente previsível o que ela pode dizer. Seja "Alô!", "Tinturaria Paris, às suas ordens", ou "Consultório médico, boa tarde", seu ato verbal tem sempre o mesmo significado: um sinal para a pessoa do outro lado anunciar o que deseja. Este é um condicionamento que a situação comunicativa exerce sobre o indivíduo (**condicionamento pragmático**).

34. Se, agora, o leitor observar como se dá o condicionamento de uma palavra sobre outra, perceberá que ele tanto pode se referir ao significado — por isso dizemos *Meu gato bebeu o leite calmamente*, mas não *Meu relógio bebeu a abóbora calmamente* (**condicionamento semântico**) — quanto à classe e forma das palavras — por isso dizemos *meu gato*, mas não *minha gato*, *bebeu o leite*, mas não *bebeu o calmamente* (**condicionamento gramatical**).

35. Vamos raciocinar agora com os fonemas. Se quisermos formar palavras possíveis em português partindo da sequência /ta/, teremos um leque imenso de

opções (*talher, tarol, tábua, tabaréu, tapar, tatu, tarraxa, tapera, talismã, tainha, taipa, talco, taverna, tascar, taurino* e muitas outras formas reais ou inventadas). Se, entretanto, dissermos que /ta/ deve ocorrer na última sílaba de palavras oxítonas, o leque de possíveis combinações reduz-se significativamente a um conjunto de apenas seis sequências: /ta/, como em *tafetá*, /taR/, como em *militar*, /taS/, como em *cartaz*, /taL/ (v. §109), como em *capital*, /tau/, como em *urutau* / *urutaus*, e /tai/ (v. §119), como em *meditai / meditais*. Não há possibilidade de ocorrerem sequências como /tap/, /tat/, /tab/, /tak/, /taf/, /tav/, /tad/, /tag/. O contexto "final de sílaba" ou "final de palavra" reduziu drasticamente as escolhas. Tal **condicionamento** é do tipo **fonológico**.

Alomorfes e alofones

36. Pode acontecer que uma mesma unidade do plano do conteúdo não se apresente cem por cento idêntica em todas as suas ocorrências dos atos concretos de comunicação. É o que ocorre com o sufixo de *bondade* e *realidade*; nestes casos, as formas *-dade* e *-idade* se dizem **variantes** — ou **alomorfes** — do mesmo morfema. Outros exemplos de alomorfia: as realizações *faç-, faz-* e *fa-* do radical do verbo fazer em *faço, fazes* e *farei*; as realizações fonológicas do prefixo de negação em *ilegal, irreal, inútil, infeliz, imparcial* e *incapaz*: /in/, com o /n/ pronunciado, diante de vogal; /i/ diante de /l/ ou /R/, e /ĩ/, com a nasalidade no corpo da vogal, diante de outras consoantes. Também um fonema pode ser foneticamente realizado por meio de variantes, chamadas **alofones**. Isto acontece com o /R/ de uma palavra como *terra* nas diversas pronúncias que lhe dão os falantes de acordo com as regiões, as classes sociais e, até mesmo, as situações de fala: pode ser uma aspiração no fundo da boca, uma vibração da parte mole do céu da boca (véu palatino) com o dorso posterior da língua, ou uma vibração da ponta da língua na faixa — chamada alvéolo — que divide os dentes dianteiros superiores e o céu da boca, só para lembrar três realizações habitualmente citadas nas obras especializadas.

Sincronia e Diacronia

37. Toda língua em uso numa comunidade sofre alterações através do tempo. Uma língua não muda "de vez em quando"; qualquer língua "viva" se transforma continuamente. Algumas mudanças podem ser notadas em curtos períodos, como o surgimento de certas palavras e o desuso de outras; mas mudanças coletivas de pronúncia e de construções gramaticais são bem mais lentas e praticamente imperceptíveis ao longo da vida de uma pessoa. As mudanças linguísticas só nos parecem evidentes quando comparamos formas de épocas distintas: no século XIII, escrevia-se — e seguramente também se fala-

va — *migo* (port. atual *comigo*), *fremosa* (port. atual *formosa*), *perderán* (port. atual *perderão*), *giolho* (port. atual *joelho*), *a mar* (port. atual *o mar*). Verbos como *ter*, *ver* e *pôr*, que atualmente não possuem vogal temática no infinitivo, tinham-na explícita na Idade Média: te**e**r, ve**e**r, po**e**r.

38. Mudanças significativas, capazes de transformar sensivelmente a fisionomia de uma língua, atingem a fala de toda a comunidade, que, por isso, experimenta em cada etapa da história a sensação de que todos os seus membros partilham os mesmos hábitos linguísticos. Noutras palavras, os membros da comunidade linguística entendem-se e comunicam-se porque participam de um mesmo "estado de língua" estruturado numa dada **sincronia**.

39. A história de uma língua — ou melhor, sua **diacronia** — pode, assim, ser explicada como uma sucessão de "estados da língua", uma passagem ininterrupta de uma sincronia a outra. A mudança, embora imperceptível, é incessante, o que é o mesmo que dizer que, na realidade, o "estado de língua" — isto é, a captação de sua estrutura numa sincronia — é tão somente um ponto de vista em que nos colocamos para analisar ou descrever a língua.

Unidade e Variedade da Língua

O que é um uso padrão

40. Para melhor caracterizar o conceito que vamos apresentar nesta seção, faremos uma comparação entre a língua e a música. Imaginemos uma canção qualquer que já tenha sido interpretada por três diferentes cantores ou conjuntos musicais. Por maiores que sejam as diferenças entre as três interpretações, sempre seremos capazes de reconhecer nelas a **mesma** canção. Vamos chamar de A ao conjunto de características estruturais que permitem reconhecer nas três interpretações a mesma canção, e de A_n (isto é, A_1, A_2, A_3) cada uma das interpretações. Agora vamos imaginar que a interpretação A_2 se torne uma espécie de modelo de interpretação copiado por vários outros cantores ou conjuntos musicais, de maneira que ao ouvi-los possamos facilmente dizer que esses novos intérpretes estão repetindo uma interpretação anterior, que por alguma razão, não necessariamente musical, tornou-se a preferida deles. A_2 é agora algo mais do que A_1 e A_3; A_2 tornou-se uma interpretação **padrão**. De tal sorte que muitas pessoas passam a considerar A_2 a forma ideal de A. Vamos batizar esta nova concepção de A_2 como A_p (p = padrão). Isto não impede, é claro, que outros intérpretes inovem na maneira de executar ou cantar a canção, realizando com as novas interpretações novas variantes de A_n (A_4, A_5, A_6...), dentre as quais algumas poderão ser obras de boa qualidade estética.